

O arquivo pessoal de Monsenhor João Maria Balem (1887-1978) e seu local de custódia: entre acumulações e intervenções (Porto Alegre/RS)

Vanessa Gomes de Campos¹

Introdução

O presente trabalho propõe-se a discutir a relação entre o arquivo pessoal² do Monsenhor João Maria Balem (1887-1978) e a instituição que o custodia, o Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (AHMRuN), da Arquidiocese de Porto Alegre. Tratam-se de reflexões resultantes da minha dissertação de mestrado (CAMPOS, 2022), e me permitiram perceber que, ao buscar compreender o arquivo pessoal em seu local de custódia, deparei-me com uma dupla situação. Em um primeiro momento, foi possível identificar a atuação das “subjatividades intermediárias” (HEYMANN, 1997), ou seja, das interferências apresentadas tanto na acumulação do material no arquivo pessoal, quanto no tratamento dispensado pelo agente custodiador. Daí resultou que, além das “camadas de intervenções” (SCHWARTZ; COOK, 2004) usualmente encontradas no processo de institucionalização de arquivos pessoais, verifiquei, em um segundo momento, a existência de outro sentido de acumulação, no qual materiais do local de custódia integravam o mesmo arquivo pessoal.

A partir de tal mútua relação compreende-se que o AHMRuN, enquanto órgão da administração eclesiástica, é mais que um reflexo de projeto da Igreja Católica (SCHEFFER, 2020), revelando ser uma composição essencialmente subsidiária à atuação dos seus agentes. Por conseguinte, assim como o arquivo pessoal de João Maria Balem, também o AHMRuN se constituiu por interesses particulares, associados às visões de mundo e de história dos indivíduos atuantes, sobretudo do Monsenhor Ruben Neis (1925-2003), sacerdote que esteve à frente do Arquivo que hoje leva seu nome por cerca de 40 anos.

¹ Arquivista e Historiógrafa no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis da Arquidiocese de Porto Alegre. Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista Capes.

² A definição de “arquivo pessoal” que utilizo procede de Oliveira (2012, p. 33): “Conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”.

O texto a seguir foi dividido em três partes: inicialmente, apresento de modo breve o titular do arquivo pessoal e o local de custódia, o AHRRuN. A seguir, discutimos a ideia das “subjetividades intermediárias”, tendo em consideração o que são, o que revelam, assim como os questionamentos que provocam. Para encerrar, relacionamos a instituição custodiadora e o titular do arquivo pessoal, para compreender as especificidades do caso e também lançar elementos de reflexão em outras realidades históricas.

Arquivo: entre o pessoal e o local de custódia

Mons. João Maria Balem, ou apenas Mons. Balem, foi sacerdote do clero secular da Arquidiocese de Porto Alegre. Natural de Caxias do Sul/RS, em maio de 1905 mudou-se para o Seminário N. Sra. Madre de Deus (Porto Alegre/RS), “dirigido pelos Capuchinhos da Saboia, onde fez a Filosofia (2 anos) e um ano de Teologia” (BALEM, [ca. 1975], p. 1). Conforme Zugno (2019, p. 53-60) a direção dos seminários realizada por ordens e congregações, como os jesuítas e capuchinhos, parametrizava a reforma do clero, que deveria ser “celibatário, dedicado ao altar, ao confessionário e à cura das almas”, preocupando-se apenas com a Igreja, “tanto no sentido material do decoro do recinto sagrado, quanto institucional, principalmente na defesa do Papa contra os ataques da modernidade”. Dessa forma, os estudos do jovem Balem ocorreram no período de investimento da Diocese na formação de seu clero, imbuída da restauração católica.

Ordenado em Roma (1911), desempenhou funções administrativas na Cúria Arquidiocesana, tendo sido pároco apenas de duas paróquias da capital porto-alegrense, N. Sra. da Glória (1916-1919) e Catedral Mãe de Deus (1920-1948), encarregado também de construir seus prédios. A partir de 1948 – até o falecimento – destacou-se na função de Historiador Eclesiástico, que lhe foi atribuída pelo Arcebispo Dom Vicente Scherer (1946-1981). Ao longo de sua vida, mons. Balem se motivava por diversos temas ligados à história da Igreja Católica e seu avanço no território sul-riograndense. Suas primeiras publicações foram na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, instituição onde ingressou como membro em 1949³ e onde desempenhou a função de bibliotecário entre 1956 e 1978, quando faleceu. Em

³ Conforme discriminado no quadro que lista os membros e suas categorias (RIHGRGS, n. 122, p. 181).

1941, publicou pela católica *Tipografia do Centro* o livro “A primeira paróquia de Porto Alegre: Nossa Senhora Madre de Deus”, enquanto em 1952, lançou outra célebre pesquisa “A paróquia de São José de Taquari”.

Já, nos anos 1950, publicou no jornal “A Nação” (1950-1959) a coluna diária intitulada *Efemérides Religiosas*, repleta de eventos religiosos marcantes não só para a Igreja Católica local, mas de outras partes do país e do mundo, assim como publicou, entre 1957 e 1958, no “Jornal do Dia” a coluna *A Nota Histórica* que tratava de pequena biografia de algum personagem histórico (religioso ou não). Conforme Mons. Ruben Neis (1978), ambas as colunas são “o trabalho principal de Mons. Balem [...] recolhidas no decorrer de toda a sua vida, em parte publicadas em jornais, e em parte inéditas. São milhares de páginas [...]”.

Figura 1 –Mons. Balem em sua mesa de trabalho (1932)



Fonte: AHMRuN. Arquivo Pessoal do Mons. João Maria Balem.

O arquivo de Mons. Balem possui 4,60 metros lineares, cujos conteúdos dominantes dizem respeito a temas ligados à história da Igreja Católica e seu avanço no território sul-rio-grandense. Nesse sentido, ter diante de si um arquivo pessoal é preciso estar atento à “ilusão de unidade” (HEYMANN, 1997, p. 45) que provoca, uma vez que é composto por fragmentos “privados de inteligibilidade por causa das vicissitudes do processo de acumulação”. Cabe ao arquivista deixar evidente as lacunas existentes, procurando questioná-las, uma vez que enfrenta o constante desafio de atribuir, de certa forma, unidade ao arquivo pessoal, ou seja, conferir ordem ao que é múltiplo.

Quanto ao local custodiador, o Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (AHMRuN), situado no prédio da Cúria Metropolitana⁴ de Porto Alegre, o perfil da documentação recolhida e conservada é marcada pela guarda permanente, atualmente não se operando seleção ou descarte. A importância da preservação/conservação do acervo do AHMRuN está intimamente ligada à constante percepção que a documentação que custodia tem relações profundas com contexto sociocultural da comunidade cristã e do território sul-rio-grandense. De modo geral, sobretudo para períodos mais recuados da história do Brasil⁵, a documentação eclesiástica acaba por revelar aspectos da vida social que outros tipos documentais produzidos pelas instituições civis não comportaram.

Figura 2 – Pátio interno do edifício da Cúria Metropolitana.



Fonte: Foto da autora.

Quando da sua instituição, sua rotina era identificada como *Secretaria*, ausentando-se a constituição de um local que pudesse conter outros tipos documentais, além dos registros sacramentais. Foi apenas a partir de 1930 que começou a aparecer a nomeação de sacerdotes como “arquivistas”, mas sem a atribuição que assumiu a função a partir de meados do século XX. Dessa forma, no processo de constituição do Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis é necessário privilegiar a trajetória de alguns

⁴ A Diocese de São Pedro do RS foi criada em 1848 e instituída em 1853. Embora não haja ato de criação do Arquivo institucional, é utilizado o ano de 1853 como início histórico.

⁵ “Com bastante frequência [o episcopado] executou função supletiva na administração civil, da qual inclusive [...] podia ser considerado um dos braços” (SALGADO, 1985, p. 115).

indivíduos a ele relacionados, como Pe. Ruben Neis⁶ (1925-2003). Entre 1958 e 1959 Pe. Ruben Neis configurou-se como *auxiliar do Arquivo*, trabalhando ao lado de seu irmão Pe. Silvino (GOVERNO..., 1958, p. 3). Além da função no Arquivo, Pe. Ruben Neis desempenhou diversas na Cúria Metropolitana, onde também residiu até seu falecimento.

Em uma pequena nota publicada no jornal *Fato Novo*, Pe. Ruben Neis declarou que “desde 1966 dirige o arquivo histórico e genealógico da Arquidiocese”. Já, na reportagem do jornal *Folha da Tarde*, de 11 de janeiro de 1973, com a manchete “No Arquivo da Cúria, um pouco de História do Rio Grande” (p. 39), é possível confirmar a existência de diferentes espaços para a documentação, com a informação de

que o Arquivo está dividido em dois setores, moderno e antigo. Pe. Silvino Neis, irmão do Pe. Ruben, há mais de 20 anos está dirigindo o Arquivo Moderno. Pe. Ruben passa quase todo o tempo no Arquivo Antigo, procurando conservar os documentos da melhor maneira possível e fazendo pesquisas. (RUBEN...., 1985).

Cada um dos irmãos Neis responsabilizava-se por seu “setor” e assim ocorreu até o fim de suas vidas. Quanto ao “setor” Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis passou a contar com outros profissionais técnicos desde o final da década de 1990, o que permitiu o tratamento da documentação em moldes arquivísticos.

O acervo do Arquivo é formado por cerca de 350 metros lineares de documentos, entre manuscritos, periódicos, impressos, iconográficos, etc. O arranjo⁷ (classificação) da documentação tem sido desenvolvido desde os anos 2000 e atualmente é possível reconhecer que os procedimentos arquivísticos facilitam a compreensão do acervo em seu conjunto. O arranjo é uma operação que busca as origens e os processos que criaram os documentos, assim como sua natureza e o significado dentro de um contexto e circunstância. Nesse sentido, o caráter orgânico dos conjuntos documentais deve ser respeitado (BELLOTTO, 2004, p. 136). Internamente, o arranjo é disposto em fundos.

⁶ Padre, depois Monsenhor, Ruben Neis tinha um irmão mais velho de nome Pe. Silvino Neis (2014-2004), que foi nomeado *auxiliar arquivista* (1951), assumindo como *arquivista* em 1966.

⁷ O arranjo é uma operação que busca as origens e os processos que criaram os documentos, assim como sua natureza e o significado dentro de um contexto e circunstância. Nesse sentido, o caráter orgânico dos conjuntos documentais deve ser respeitado (BELLOTTO, 2004, p. 136). Internamente, o arranjo é disposto em fundos.

Dadas as características da documentação e os processos administrativos que a criaram, foram identificados três Fundos: o primeiro, relativo à documentação do período anterior à criação da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul (1747-1853); o segundo, que reúne a documentação a partir da criação da Diocese, pois houve uma alteração do *status* jurídico da instituição; e o terceiro Fundo, congregando a documentação das paróquias.

Ao manusear o arquivo pessoal do Mons. João Maria Balem é notável a existência de diferentes interferências, visto identificar-se materiais de outras proveniências. Além disso, foi possível verificar “tentativas” de classificação por parte do Mons. Ruben Neis, *herdeiro* daquele acervo, como ele próprio declarou:

Durante os últimos anos de existência sempre [Balem] temia que após sua morte as pilhas de anotações e escritos seriam jogados no lixo ou incineradas, como acontece com frequência em tais casos. Por isso me fez um apelo oral, repetido em seu testamento⁸, que eu me encarregasse de seu material histórico (NEIS, 1987, p. 45).

Na medida em que eu tentava entender o arquivo de Balem, verificando sua composição e o processo de acumulação, novos questionamentos vieram à tona, justamente pela grande relação encontrada com o Arquivo institucional. É o que abordarei a seguir.

Subjetividades intermediárias

No arquivo pessoal do Mons. João Maria Balem apreendem-se diferentes “subjetividades intermediárias” (HEYMANN, 1997, p. 49) no processo de acumulação. Balem, segundo Mons. Ruben Neis (1987, p. 45), o teria designado como herdeiro de suas “pilhas de anotações e escritos”, o que ficou evidente nas intervenções que se sobressaíram, tanto no sentido de classificação/organização, quanto na incorporação de outros documentos, como se aquele arquivo pessoal fosse uma extensão de seu próprio

⁸ O testamento de Mons. Balem foi registrado aos 15 de outubro de 1974, no qual, explicitamente, lemos: “Deixo ao meu colega e amigo Padre Celestino Ruben Neis as ‘Anotações Históricas’ que escrevi para serem publicadas, se possível” (cópia reprográfica do testamento, aberto aos 18 de janeiro de 1978, existente no arquivo pessoal. Mons. Neis não chegou a publicar referidas Anotações, conservando-as junto com o restante do material).

arquivo (do Neis). Mas também foi possível verificar no arquivo pessoal de Balem incorporações de documentos que pertenceriam ao acervo do Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis.

Nesse processo, é preciso entender as atividades do indivíduo produtor do arquivo (o titular), conhecendo suas intenções e pensamentos sobre o trabalho de documentar (HOBBS, 2016, p. 324). Além disso, como alerta Heymann (2009, p. 43-44), devemos estar atentos “para a especificidade da acumulação documental produzida pelo indivíduo, procurando incorporar o trabalho de contextualização ao qual se dedica dimensões que remetam à lógica de construção desses arquivos”. O que significa dizer que os documentos encontrados no arquivo pessoal de Balem se configuraram de acordo com ele, escapando dos padrões que regulam os documentos oficiais produzidos por instituições públicas ou privadas.

No mesmo sentido, Heymann (1997, p. 44) nos alerta quanto à limitação dos arquivos pessoais, pois não são espelhos da trajetória do indivíduo. Ao que devemos estar atentos às lacunas existentes no arquivo, porque “nem sempre existe uma equivalência entre história de vida e arquivo pessoal” (HEYMANN, 2005, p. 36).

Ao tratar do arquivo pessoal do Mons. João Maria Balem, em um primeiro momento, identifiquei materiais que não lhe pertenceriam, mas a outro titular. À vista disso, e observando a proveniência, constatamos que formariam outros arquivos pessoais. Na mesma massa documental, também identifiquei documentos do que poderia nomear “arquivo pessoal de Mons. Ruben Neis”, no qual misturaram-se documentos provenientes do Mons. Leopoldo Neis, que foi Vigário Geral da Arquidiocese e tio de Ruben Neis.

Com o olhar direcionado a compreender o processo de constituição do arquivo pessoal de Balem, é possível afirmar a existência da “subjetividade intermediária” (HEYMANN, 1997, p. 49), ou seja, com as intervenções operadas por Mons. Ruben Neis, provavelmente nas fases do falecimento e de incorporação ao local de custódia, uma vez que apenas especulamos que Neis – ou outros que lhe antecederam no cargo – tenha facultado a Balem o acesso à documentação do Arquivo institucional e não propriamente atuado na acumulação. De acordo com Heymann (1997, p. 45), os arquivos pessoais

sofrem múltiplas interferências em sua constituição, passando por três fases⁹ mais ou menos definidas: (a) da acumulação, na qual atuam o próprio titular e seus auxiliares; (b) do falecimento do titular, quando ocorrem diferentes intervenções; (c) da doação do arquivo pessoal a alguma instituição de custódia. Refletir sobre isso, conforme a mesma autora (1997, p. 46) é um convite a nos questionarmos “quem construiu determinado arquivo e que peso relativo tiveram o titular e seus assessores”.

Nesse sentido, tal como nos lembra Heymann (1997, p. 44-45), os conjuntos documentais também podem apresentar um “caráter arbitrário da configuração” o que significa entender que, tanto a acumulação quanto as interferências sucessivas que sofreram estiveram sujeitas “a múltiplos processos de seleção e reordenamento interno, decorrentes do caráter mutável e polissêmico da memória (re)utilizável a cada momento”.

Enquanto Balem acionava com frequência certos materiais de seu arquivo, visto os conteúdos (projetos) e as publicações ao longo da vida, o que Heymann (1997, p. 46) classifica como “avaliações táticas do tempo presente”, Neis procurou intervir naquilo que também servia aos próprios projetos.

Entre acumulações e intervenções

A conexão de Balem com o Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis teria passado, inicialmente, pelo acesso irrestrito às fontes. Residente no mesmo prédio onde foram custodiados os documentos – e onde sempre se localizou o Arquivo –, a consulta aos materiais também significava coleta e guarda junto ao seu próprio arquivo. Embora Mons. Balem não estivesse diretamente ligado à gestão do AHMRuN, sua circulação deveria ser livre, sobretudo na época do jovem sacerdote Pe. Ruben Neis que também demonstrava grande interesse pelo estudo da história.

Para tratar o arquivo pessoal é necessário levar em conta não só o contexto socio-histórico do indivíduo titular, mas também o contexto arquivístico onde está preservado, tratado e disponibilizado (HEYMANN, 2013, p. 67). Ao tomarmos o arquivo pessoal de

⁹ A arquivista norte-americana Jennifer Mehaan (2018, p. 310) trata sobre o mesmo processo, considerando-o uma cadeia de custódia (em vez de *fases*). A *custódia pessoal* refere-se à guarda realizada pelo produtor do arquivo; a *história custodial* trata-se do “modo como os documentos são utilizados, guardados e transmitidos por custodiantes ulteriores” (amigos, familiares, testamentários); e *custódia arquivística*, quando o arquivo passa a ser processado pela instituição que o recebeu.

Balem no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis identifica-se a marca eclesiástica, a visão de mundo que permeava a vinculação do sacerdote à instituição. Trata-se da importância das dinâmicas sociais atuando sobre a conservação e o tratamento dado ao arquivo pessoal, o que me leva a refletir meu próprio papel desempenhado nesse processo.

As dinâmicas pessoais que atuaram na produção e acumulação do arquivo de Balem a partir do Mons. Ruben Neis, uma vez que a “lógica” que lhe conferiu não refletia qualquer tratamento técnico, mas a continuidade de acumulação pelo legatário. O que quero dizer é que se trata de um exercício constante de análise entre as circunstâncias de como foi encontrado o arquivo pessoal, quem conferiu as dinâmicas pessoais e como atuei sobre ele, quais lógicas serão aplicadas para tratá-lo tecnicamente, a fim de lhe configurar como fonte de pesquisa. Tal como afirmam Schwartz e Cook (2004, p. 16), as atividades profissionais de avaliação, seleção, descrição e preservação influenciam diretamente na utilização do arquivo como fonte histórica, e, por isso, devemos ser transparentes em nossa atuação.

De qualquer modo, foi importante perceber no arquivo pessoal que seu próprio titular selecionava materiais para a guarda, pois há folhas arrancadas de suas agendas originais e de pequenos cadernos de anotação, denotando que ele próprio descartaria estes itens. Ou seja, ele mesmo determinava o que merecia ser retido e acumulado.

Mons. Neis recebeu o arquivo pessoal de Balem como legado e as intervenções que executou, assim como o próprio conteúdo que se depreende do arquivo e que nele foram ressaltados, nos permitiu pensar e relacionar com o Arquivo institucional no sentido de identificar as também as ausências.

Em grande medida, e devido aos indivíduos envolvidos, consegui equacionar alguns contornos que esclarecem e desnaturalizam a composição dos acervos. Sugiro dois pontos que permitem delinear tanto o arquivo pessoal de Balem quanto o AHMRuN: (a) a formação eclesiástica de Balem e de Neis sob a perspectiva da restauração católica; e (b) o entendimento de “arquivo” e de “histórico” atribuído apenas aos materiais referentes a passados remotos.

As visões de mundo e de história¹⁰ de Balem e de Neis podem ser percebidas em suas produções, justificando, sobretudo no caso de Mons. Balem, temas e conteúdos presentes no arquivo pessoal. Como sacerdotes, compartilhavam a crença do papel incontestável e civilizador da Igreja Católica. Além disso, foram estes mesmos princípios que devem ter norteado, sobretudo o desempenho de Neis, enquanto responsável em salvaguardar o acervo do AHMRuN.

O que me leva à outra ideia em relação à valorização dos documentos. Mons. Ruben Neis, por diversas ocasiões, relembra suas “aventuras” pelas paróquias mais antigas da Arquidiocese. Dizia que nas décadas de 1970 e 1980 se dirigia a elas, perguntando se tinham “papel velho” e que, com isso, conseguiu recolher muitos documentos em diferentes condições de conservação/preservação. Nesse depoimento, o indicativo do “papel velho” nos fornece de modo ordinário a intencionalidade (e o grau de importância) do acúmulo de documentos no AHMRuN. Depreende-se da ideia de “velho” os documentos mais antigos, remontando a períodos recuados no povoamento do território da Arquidiocese (meados do século XVIII). Por conseguinte, traduz-se como de grande valor (e histórico) apenas o que remete a um passado distante do presente. Na mesma linha, o “povoamento” aqui referido acompanha a instalação da Igreja Católica, à medida que o elemento luso-brasileiro avançava no território da América meridional.

Tais afirmações corroboram a afirmação de Scheffer (2020, p. 67), ao dizer que no AHMRuN não há documentos que revelem a vivência espontânea da fé “sem a tutela e/ou mediação da hierarquia como devoções e festividades populares”, e, do mesmo modo, posso agregar que não houve preocupações (ou interesse) em salvaguardar documentos a respeito de movimentos eclesiais que se talvez tenham operado na Arquidiocese na década de 1980, como o das Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo.

Enfim, os indícios apresentados convergiram na figura de Pe. Ruben Neis para pensarmos na complexidade do processo de constituição dos arquivos, tanto o de Balem, quanto o institucional. Ao parametrizar sua atuação a partir dos próprios

¹⁰ Visões de mundo e de história aqui compreendidas como um “sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta” (PESAVENTO, 2002, p. 35) e que, ao situar-se no campo da representação, manifestam-se por imagens e discursos que pretendem definir a realidade (PESAVENTO, 1995, p. 15).

interesses, descortina-se uma das muitas camadas que se sobrepuseram nesses acervos.

Considerações Finais

Apesar das camadas já reveladas, tantas outras ainda precisam ser analisadas e compreendida. Por isso, a análise social dos arquivos é muito importante para a compreensão do próprio sentido dos materiais preservados.

Ao avaliar a relação entre o arquivo pessoal e o acervo institucional foi possível revelar a importância das visões de mundo e de história na acumulação e nos usos dos materiais. Por um lado, existiram dois sacerdotes cujas carreiras eclesiásticas iniciaram-se e solidificaram-se no contexto da restauração católica e, por outro, seus projetos pessoais nortearam os usos e, conseqüentemente, a atuação sobre os documentos. No caso do arquivo pessoal parece óbvio que os interesses do titular imprimam significado ao acúmulo dos documentos, tal como sugere Heymann (1997, p. 46-48) ao considerar os arquivos pessoais como projetos de “pedaços fragmentados da memória”, onde o indivíduo cristaliza o que foi usado para fundamentar seu pensamento em determinados momentos e situações.

Já, no caso do Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis, a ausência de documentos que registram as manifestações coletivas de religiosidade aquém dos moldes tridentinos, indicam um movimento de seleção que se descortinou para além de uma proposta exclusivamente institucional, como apontado por Scheffer (2020).

Finalmente, as palavras de Heymann (1997, p. 49) sintetizam com precisão o compromisso no tratamento dos arquivos, ressaltando o caráter e a profundidade da ingerência do arquivista no processo, que deve “perceber em que medida atua no cruzamento de subjetividades que caracteriza a utilização do material de arquivo e, nesse sentido, influencia a construção da narrativa histórica”.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. *Constituição social, interferências e contornos: o arquivo pessoal do Monsenhor João Maria Balem e o Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (1887-1978)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 41-66.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os “fazimentos” do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 43-58, jul./dez. 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos Pessoais: Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2013, p. 67-76.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry e MACNEIL, Heather (orgs.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016, p. 303-341.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

MEEHAN, Jennifer. Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro. FGV Editora, 2018, p. 305-327.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002, p. 35-39.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Arquivo Nacional, 1985.

SCHEFFER, Jamily Veit. *Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre: memória e identidade*. 2020. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle, Canoas, 2020.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró-Memória de Indaiatuba*, v. 3, n. 3, p. 18-33, jul. 2004.

ZUGNO, Vanildo Luiz. *O Seminário Madre de Deus de Porto Alegre e a formação do clero gaúcho*. Porto Alegre: ESTEF, 2019.

Fontes

BALEM, João Maria. Rascunho biográfico. Porto Alegre, [ca. 1975]

GOVERNO E ORGANIZAÇÃO DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE. *Unitas*, Porto Alegre, ano 47, n. 1, p. 1-7, mar. 1958.

NEIS, Ruben. *Escritos de Monsenhor João Maria Bento Balem: a serem publicados*. Porto Alegre, 1978.

NEIS, Ruben. Centenário de nascimento de mons. João Maria Balem. *Unitas*, Porto Alegre, n. 1-4, p. 41-45, jan./abr. 1987.

RUBEN NEIS, O HISTORIADOR. *Fato Novo*, Vale do Caí, 25 jul. 1985.